

MATOS, José Cândido de Azevedo Melo

*dep. fed. DF 1903-1908.

José Cândido de Azevedo Melo Matos nasceu na Bahia no dia 19 de março de 1864, filho do desembargador Carlos Espiridião de Melo Matos e de Cristália de Albuquerque Melo Matos.

Estudou no Externato do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, então capital do Império, e em seguida matriculou-se na Faculdade de Direito de São Paulo, onde cursou os quatro primeiros anos. Transferiu-se no quinto ano para a Faculdade de Direito de Pernambuco, e aí se formou bacharel em ciências jurídicas e sociais em 1887. Entre 1888 e 1889 foi promotor público na cidade de Queluz (MG) e, logo em seguida, entre 1889 e 1894, ocupou o mesmo cargo na cidade do Rio de Janeiro. Em 1897 foi nomeado presidente-geral da Assistência Jurídica, criada naquele ano pelo então presidente da República Prudente de Moraes (1894-1898). Permaneceu no cargo até março de 1903.

Ainda em 1903, foi eleito deputado federal pelo Distrito Federal. Exerceu seu mandato durante a legislatura que se estendeu de 14 de maio de 1903 a 31 de dezembro de 1905, e no ano seguinte foi reeleito. Cumpru novo mandato de 3 de maio de 1906 a 31 de dezembro de 1908, e em 1909 concorreu ao Senado, mas não teve êxito. Desgostoso com a política, voltou a atuar como advogado.

Em 1910, durante a presidência de Nilo Peçanha (1909-1910), foi nomeado diretor do Externato Pedro II, onde estudara quando jovem. No ano seguinte, já no governo de Hermes da Fonseca (1910-1914), foi empossado como professor da cadeira de Instrução cívica e noções gerais de direito, criada pela reforma do ensino público de 1911. A reforma também reuniu o Externato e o Internato do Colégio Pedro II sob uma mesma direção, e determinou que a partir de então o diretor do colégio deveria ser eleito pela congregação dos professores. Ainda em 1911, José Cândido foi eleito diretor do Colégio Pedro II.

Também no governo do marechal Hermes da Fonseca foi escolhido jurisconsulto e encarregado de elaborar um projeto de Código Penal para o país. Até então, vigorava no

país o Código Penal de 1890, que foi logo alvo de duras críticas pelas falhas que apresentava, decorrentes da pressa com que fora elaborado. Apesar de alguns esboços nos anos subsequentes, um novo Código Penal só seria promulgado em 1940, já no governo de Getúlio Vargas.

José Cândido de Azevedo Melo Matos publicou *Questões prejudiciais à ação criminal* (1894); *Denunciação caluniosa* (estudo do artigo 264º do Código Penal, 1895); *Processo de calúnias impressas*, no *Jornal do Comércio* de 12 de abril de 1896 e no livro *Processo de calúnias impressas – Causa criminal e tribunal civil e criminal do Distrito Federal*, de Sousa Pitanga e Miranda Ribeiro (1896); e ainda *Código de polícia; Assistência jurídica; O Estado de sítio e os desterrados políticos de 1897; Plágio literário e científico; Crimes passionais; Higiene pública no direito constitucional e administrativo; Impostos interestaduais e Autonomia municipal*.

Izabel Pimentel da Silva

FONTES: ABRANCHES, J. *Governos* (v.1); BLAKE, A. *Diccionario*; CÂM. DEP. *Deputados brasileiros* (1826-1976); COL. PEDRO II. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br>>; SOUSA, J. *Índice*.